

Abordagens Qualitativas na Pesquisa em Agricultura Familiar



República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

Roberto Rodrigues
Ministro

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa

Conselho de Administração

Luís Carlos Guedes Pinto
Presidente

Silvio Crestana
Vice-Presidente

Alexandre Kalil Pires

Hélio Tollini

Ernesto Paternaiani

Cláudia Assunção dos Santos Viegas

Membros

Diretoria-Executiva da Embrapa

Silvio Crestana
Diretor-Presidente

Tatiana Deane de Abreu Sá

José Geraldo Eugênio de França

Kepler Euclides Filho

Diretores-Executivos

Embrapa Pantanal

José Anibal Comastri Filho
Chefe-Geral

Rivaldália Alves Alencar de Melo
Chefe-Adjunto de Administração

Aiesca Oliveira Pellegrin
Chefe-Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento

Jorge Antonio Ferreira de Lara
Chefe-Adjunto de Comunicação e Negócios



ISSN 1517-1981
Dezembro, 2005

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

Documentos 80

Abordagens Qualitativas na Pesquisa em Agricultura Familiar

Aldalgiza Inês Campolin

Corumbá, MS
2005

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Pantanal

Rua 21 de Setembro, 1880, CEP 79320-900, Corumbá, MS
Caixa Postal 109
Fone: (67) 3233-2430
Fax: (67) 3233-1011
Home page: www.cpap.embrapa.br
Email: sac@cpap.embrapa.br

Comitê de Publicações:

Presidente: *Aiesca Oliveira Pellegrin*
Secretário-Executivo: *Suzana Maria de Salis*
Membros: *Débora Fernandes Calheiros*
Marçal Henrique Amici Jorge
José Robson Bezerra Sereno
Secretária: *Regina Célia Rachel dos Santos*
Supervisor editorial: *Suzana Maria de Salis*
Revisora de texto: *Mirane Santos da Costa*
Normalização bibliográfica: *Suzana Maria de Salis*
Tratamento de ilustrações: *Regina Célia R. dos Santos*
Foto da capa: *Fernando Fleury Curado e Carlos Roberto Padovani*
Editoração eletrônica: *Regina Célia R. dos Santos*

1ª edição

1ª impressão (2005): formato digital

Todos os direitos reservados.

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Campolin, Aldalgiza Inês.

Abordagens qualitativas na pesquisa em Agricultura Familiar / Aldalgiza Inês
Campolin. – Corumbá: Embrapa Pantanal, 2005.

22p.; 16 cm. (Documentos / Embrapa Pantanal, ISSN 1517-1973; 80)

1. Agricultura familiar. 2. Abordagem qualitativa. 3. Pesquisa. I. Campolin,
Aldalgiza Inês. II. Embrapa Pantanal. III. Título. IV. Série

CDD: 591.7

© Embrapa 2005

Autor

Aldalgiza Ines Campolin

Pedagoga, Mestre em Educação,
Pesquisadora da Embrapa Pantanal,
Rua 21 de Setembro, 1880, C.P. 109
79320-900, Corumbá, MS
Telefone (67) 3233-2430
e-mail alda@cpap.embrapa.br

Apresentação

O presente trabalho representa o esforço de sua autora no sentido de aperfeiçoamento da pesquisa qualitativa em agricultura familiar.

Ele ressalta o compromisso com o aperfeiçoamento da pesquisa neste setor e a busca permanente da satisfação das expectativas e demandas desse público, além da maior eficácia das pesquisas.

Ressalta, ainda, de forma clara e objetiva as características básicas da agricultura familiar e a importância das abordagens qualitativas nas pesquisas, levando-se em conta, principalmente, a complexidade dessa atividade.

José Aníbal Comastri Filho
Chefe-Geral da Embrapa Pantanal

Sumário

Abordagens Qualitativas na Pesquisa em Agricultura Familiar	9
Introdução	9
Agricultura Familiar e Pesquisa.	12
Considerações Finais	18
Referências Bibliográficas.....	19

Abordagens Qualitativas na Pesquisa em Agricultura Familiar

Aldalgiza Ines Campolin

Introdução

O desenvolvimento rural entendido como a somatória de conquistas não apenas no campo econômico, mas também social, político, ambiental e cultural, tem-se constituído preocupação constante dos órgãos de pesquisa e extensão, ONGs e poder público, comprometidos com a melhoria das condições de vida da população do campo.

Por outro lado, estas instituições têm sido constantemente criticadas pela ineficácia dos projetos implementados neste sentido. Uma das críticas mais contundentes diz respeito às metodologias que ignoram o protagonismo dos agricultores nos programas de pesquisa e desenvolvimento.

O texto a seguir discute a viabilidade de se adotar abordagens qualitativas na pesquisa em agricultura familiar, explicitando as vantagens deste paradigma para o estudo deste complexo sistema agrário. Embora crescente, o número de pesquisadores que utilizam referenciais qualitativos ainda é insuficiente para responder a demanda desta população, historicamente marginalizada nos processos de desenvolvimento.

Neste cenário, o texto busca demarcar as diferenças entre os paradigmas quantitativo e qualitativo e, ao mesmo tempo, ressaltar a importância de se buscar a complementaridade entre ambos, de forma a garantir maior eficácia nas pesquisas em agricultura familiar.

Características básicas da Agricultura Familiar

Vários autores, ao longo da história, têm desenvolvido esforços no sentido de caracterizar os diferentes tipos de agricultores. Agricultura familiar é uma denominação relativamente recente. Anteriormente expressões como pequena agricultura, agricultura de subsistência ou agricultura de baixa renda, eram utilizadas como representativas da categoria hoje denominada Agricultura Familiar.

Dentre os diversos estudos para caracterização de agricultores, apresenta-se resumidamente, neste texto apenas a síntese da pesquisa desenvolvida pelo IAPAR (1997), considerando que este trabalho levou em conta as transformações históricas na agricultura brasileira. Essa pesquisa apesar de não utilizar ainda a denominação Agricultura Familiar, estabelece as principais características das categorias sociais de produtores rurais, descritas resumidamente a seguir:

- **Semi-Assalariado** – é o produtor totalmente descapitalizado, com elevado grau de assalariamento e valor de produção insuficiente para subsistência;
- **Produtor Simples** – é o produtor com baixo grau de capitalização, uso predominante de mão-de-obra familiar, baixo grau de assalariamento, baixo valor bruto da produção e baixo potencial de acumulação;
- **Empresário Familiar** – é o produtor de capitalização média a alta, uso predominante de mão-de-obra familiar, baixo nível de contratação de mão-de-obra, valor bruto de produção alto e com potencial de acumulação;
- **Empresário Rural Tecnicado** – é o produtor com elevado grau de capitalização e de contratação de mão-de-obra, valor bruto de produção elevado e com elevados potenciais de acumulação;
- **Empresário Rural Não-Tecnicado** – é o produtor com baixo grau de capitalização e elevado grau de contratação de mão-de-obra, apresenta baixo valor bruto de produção. Esta categoria se diferencia do produtor simples principalmente pela composição da mão de obra.

Veiga (1996) descreve sucintamente as principais diferenças entre a agricultura familiar e agricultura patronal (Tabela 1).

Tabela 1. Diferenças entre agricultura familiar e agricultura patronal.

Modelo Patronal	Modelo Familiar
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
Tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão-de-obra	Tomada de decisões <i>in loco</i> , condicionadas pelas especificidades do processo produtivo.
Pesada dependência de insumos comprados	Ênfase no uso de insumos internos

As diferenciações acima são importantes no sentido de orientar minimamente os pesquisadores no reconhecimento de seu público alvo. Para diferentes espaços, sejam regionais ou locais, estudos mais específicos e detalhados poderão definir as características fundamentais do tipo de agricultura praticada.

Genericamente pode-se definir agricultura familiar como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (Wanderley, 1996). Há que se considerar, portanto, que a construção da identidade do agricultor familiar é fruto tanto das relações estabelecidas no trabalho, compartilhado com a família, quanto da constante e necessária integração com a natureza para o cultivo da terra. Daí deriva uma visão de mundo na qual natureza e

sobrevivência ocupam o mesmo espaço na representação social da realidade desta categoria.

A percepção da natureza enquanto garantia de reprodução da vida, por sua vez, conforma uma lógica de tomada de decisões diferenciada da lógica adotada por outras categorias de produtores. Esta lógica diferenciada determina a aceitação ou rejeição de interferências no seu sistema de cultivo, como por exemplo, a adoção ou não de determinada tecnologia. Por outro lado, as decisões são tomadas tendo em vista, primeiro, o atendimento das necessidades básicas da família e a manutenção das capacidades produtivas do meio natural, considerado patrimônio familiar (Petersen, 1998).

Entende-se, dessa forma, que o lucro não é o objetivo primordial dos agricultores familiares que se utilizam de estratégias variadas, no sentido de minimizar os riscos e garantir a reprodução da família. Portanto, a racionalidade econômica desta categoria é diferente dos agricultores capitalistas (Porto, 2003). Essa racionalidade dos agricultores familiares se expressa também na forma de organização da unidade produtiva, considerando que a gestão e a execução das atividades são realizadas pela própria família.

A síntese apresentada acima tem um caráter meramente didático, no sentido de situar a discussão proposta. Àqueles que estão iniciando pesquisas com agricultura familiar, reforça-se a necessidade de exames mais aprofundados das características deste sistema nos diferentes tempos e espaços nos quais ele se insere.

Agricultura Familiar e Pesquisa

As abordagens quantitativas vêm, tradicionalmente, orientando a pesquisa na agropecuária. É inegável que este tipo de pesquisa foi responsável por todo o desenvolvimento tecnológico do setor nos últimos anos. No entanto, quando se trata de pesquisas em agricultura familiar, é necessário ter claro que a complexa realidade desses sistemas agrários não permite decompor todos os fenômenos em suas variáveis básicas e assim chegar ao conhecimento total desses fenômenos.

Devido à presença de inúmeras variáveis agindo e interagindo ao mesmo tempo, a tentativa de isolar algumas dessas variáveis pode levar à redução do enfoque da pesquisa a uma parte do fenômeno, não permitindo captar a dinâmica do sistema como um todo.

Essas considerações evidenciam a necessidade de se buscar novos pressupostos, mais adequados às pesquisas de cunho social, como é o caso

da agricultura familiar. As abordagens qualitativas se configuram alternativas viáveis, por possibilitarem estudos mais descritivos do meio social e cultural, além de permitirem análises contextualizadas da realidade. Abordagens deste tipo têm concepções filosóficas e metodológicas diferentes das abordagens adotadas pelas Ciências Naturais, que utilizam apenas referenciais quantitativos.

Nas pesquisas quantitativas há clara separação entre sujeito e objeto, o rigor científico se expressa através de explicações racionais dos fenômenos, além de objetividade e neutralidade na busca da verdade. Esse tipo de pesquisa fornece medidas precisas e confiáveis que permitem análises estatísticas. Por outro lado, as pesquisas qualitativas têm como objeto o ser humano e a complexa rede que permeia o tecido social. Sujeito e objeto, neste caso, são inseparáveis e estabelecem relações mediadas pela subjetividade, emoções e valores de ambos os lados. Fica então evidente que as pessoas e seu meio socioeconômico e cultural não podem ser reduzidas a agregados estatísticos.

No entanto, as diferenças entre estes paradigmas não significam, ou não devem significar, uma hierarquização de um tipo de pesquisa sobre a outra, nem oposição total e absoluta entre ambas. Thiollent (1992) afirma que a oposição entre quantitativismo e qualitativismo é falsa. Este autor pondera que é possível articular os aspectos qualitativos e quantitativos em determinada pesquisa, para dar conta do real. Importa compreender, então, que tanto a pesquisa qualitativa quanto a quantitativa têm em comum a exigência de rigor na construção de seus instrumentos e na análise dos dados. Para interpretar faz-se necessário contextualizar e, neste sentido, nenhum dos paradigmas em discussão preconiza a interpretação mecânica dos dados, pois estes não falam por si mesmos.

Destarte, pode-se afirmar que uma pesquisa quantitativa séria analisa também os dados qualitativos e vice-versa, numa relação de complementaridade entre as duas formas de estudo. No entanto, nas Ciências Sociais a ênfase vem sendo dada aos aspectos qualitativos enquanto facilitador da interação entre o pesquisador e seu objeto – o ser humano em suas múltiplas relações. São essas interações que propiciam a compreensão da realidade social na qual se insere o pesquisado e garantem maior confiabilidade à interpretação dos dados coletados pelo pesquisador.

Para tal, foram desenvolvidas novas metodologias de investigação: pesquisa-ação, pesquisa participante ou participativa, pesquisa etnográfica ou naturalística e o estudo de caso. Daí derivam também novas e mais adequadas técnicas de estudo: a observação participante, que obriga o pesquisador a inserir-se dentro da realidade estudada; a entrevista, que permite um maior aprofundamento das informações obtidas; a análise

documental, que complementa os dados obtidos na observação e na entrevista e aponta novos aspectos da realidade pesquisada.

Quanto às características básicas do estudo qualitativo, Bogdan e Biklen, citados por Lüdke e André (1986) apontam:

1. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento;
2. Os dados coletados são predominantemente descritivos;
3. A preocupação com o processo é muito maior que com o produto;
4. O "significado" que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador;
5. A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo, ou seja, os pesquisadores não se preocupam em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos. As abstrações se formam ou se consolidam basicamente a partir da inspeção dos dados num processo de baixo para cima. O fato de não existirem hipóteses ou questões formuladas *a priori*, não implica a inexistência de um quadro teórico que oriente a coleta e a análise dos dados.

Todavia, a atividade científica deve estar amparada pelo espírito crítico, admitindo a possibilidade de erro com a consciência de que os fatos carecem de evidências. A flexibilidade e a não pressuposição devem contribuir para *"(...) construir um objeto que dê conta da organização peculiar do contexto, incluindo as categorias sociais que expressam relações entre os sujeitos"* (Ezpeleta e Rockwell, 1989).

Isso implica em um diálogo constante com a teoria antes e depois do trabalho de campo. Antes porque a teoria deve orientar a coleta de dados e as categorias iniciais de análise, bem como a própria formulação do problema; depois pela necessidade de reformulações que o encontro com a realidade possa exigir, pela abertura de novas perspectivas de análise, interpretação e abstração no tratamento dos dados (André, 1998). Por outro lado, atentar para o rigor da crítica é fundamental, para que se definam claramente as fronteiras entre a opinião racional e os falsos conceitos ou preconceitos.

Bourdieu, no entanto, alerta para a ilusão da neutralidade, o que reforça a percepção de que se deve aprofundar o máximo possível o conhecimento das condições de existência dos pesquisados para, ao efetuar a transcrição dos dados, ter sensibilidade suficiente para garantir que o leitor possa *"lançar sobre as declarações que vai ler esse olhar que dá razão, que restitui ao pesquisado*

sua razão de ser e sua necessidade; ou, mais precisamente, de se situar no ponto do espaço social a partir do qual são tomadas todas as vistas do pesquisado sobre este espaço(...)" (Bourdieu, 1997).

Além disso, deve-se levar em conta, como alertam Lüdke e André (1986), que *"as pessoas, os gestos, as palavras estudadas devem ser sempre referenciadas ao contexto onde aparecem"* bem como da importância de dar atenção *"para o maior número possível de elementos presentes na situação estudada, pois um aspecto supostamente trivial pode ser essencial para melhor compreensão do problema que está sendo estudado"*, buscando, desta forma, relacionar os diferentes aspectos dos fenômenos do cotidiano, respeitando sempre o ponto de vista dos entrevistados no que se refere ao seu posicionamento e entendimento das questões levantadas pela pesquisa.

A partir destas reflexões, algumas questões emergem: quem são os sujeitos da pesquisa? A singularidade de cada ser humano, seus anseios e limites, têm aspectos próprios em função do ambiente cultural (rural ou urbano, por exemplo)? Como se dão as relações entre culturas diferentes, no caso entre agricultores e pesquisadores? Como se dá a construção da identidade de indivíduos marcados por lutas específicas de determinado contexto? Que representação fazem estes indivíduos sobre si mesmos, sobre sua realidade? E na sociedade como um todo, qual o espaço que ocupam? Que pensam em termos de futuro, políticas públicas, lazer, trabalho, religião, educação? Que relação estabelecem entre a estrutura social e seu cotidiano?

Como, então, dar sentido ao que será dito pelos sujeitos com os quais se está trabalhando e, simultaneamente, assegurar o respeito pelas singularidades? Como dar conta da totalidade sem descuidar das diferenças? A questão das diferenças culturais emergem então, apontando para a busca de um panorama integrador entre pesquisador e pesquisado, pesquisa e cultura, ao mesmo tempo em que impõe a necessidade de refletir sobre os condicionantes que esta relação encontra nas formas próprias de estruturação do trabalho de pesquisa, a começar pela concepção de ciência que informa as ações do pesquisador, obrigando-o a repensar a construção do conhecimento numa perspectiva socializadora.

As considerações acima são fundamentais no processo de reflexão sobre a aplicabilidade de abordagens qualitativas na agricultura familiar. Por outro lado, a adequação de metodologias que estabeleçam novas formas de relação entre pesquisadores e comunidades rurais tem sido preocupação constante das instituições comprometidas com o desenvolvimento destas comunidades. Neste sentido, algumas experiências interessantes vêm sendo desenvolvidas desde a década de 1980, como tentativa de responder às demandas de agricultores que não se beneficiaram dos progressos da ciência que deram

origem à chamada modernização da agricultura, ocorrida entre as décadas de 1950 a 1970.

Dentre as experiências que integram abordagens qualitativas e quantitativas na pesquisa agropecuária, destaca-se o enfoque sistêmico, utilizado pelos sistemas estaduais de pesquisa, ONGs, universidades, Embrapa (Carmo & Salles, citados por Porto, 2003) definem enfoque sistêmico como “um instrumental de análise que permite uma aproximação pluridisciplinar, com integrações de questões, possibilitando pensar uma linha de desenvolvimento que priorize uma co-evolução da natureza, enquanto base produtiva, e da sociedade humana, enquanto relação social”.

De acordo com a experiência do IAPAR (1997), o enfoque sistêmico deve seguir as seguintes etapas:

- **Caracterização regional** – levantamento e análise dos aspectos edafoclimáticos e socio-econômicos do universo em estudo, através de dados secundários. Estas informações são complementadas por visitas à área de estudo, quando então, procede-se o reconhecimento, delimitação e seleção de áreas edafoclimáticas e socioeconômicas homogêneas;
- **Tipificação de agricultores** – segmenta-se o público segundo o uso de força de trabalho, tecnificação (capital) e atividades predominantes. Considera-se o sistema de produção a combinação entre a categoria social e a atividade predominante;
- **Diagnóstico dos sistemas de produção predominantes** – realizado por uma equipe multidisciplinar e com o objetivo de identificar e hierarquizar os problemas e propósitos condicionantes na tomada de decisão dos agricultores, através da análise dos sistemas de produção nos seus aspectos de estrutura e dinâmica organizacional. Como resultado dessa análise é possível elaborar propostas tecnológicas e mudanças compatíveis com a dotação de recursos dos agricultores. O diagnóstico resulta, portanto, no seguinte conjunto de ações: experimentos de testes e validação de tecnologias, pesquisas por componentes, estudos aprofundados sobre estruturas regionais elaboração de planos integrados de ação;
- **Validação e difusão de tecnologias** – sua finalidade é orientar a adaptação, validação e difusão do conjunto de inovações tecnológicas adaptadas aos sistemas de produção e definidas na etapa anterior”.

Dentro do enfoque qualitativo, observa-se acentuado aumento na utilização de metodologias de pesquisa participativa na agropecuária, de modo especial o DRP - Diagnóstico Rural Rápido. O DRP é "uma atividade sistemática, semi-estruturada, conduzida em campo por uma equipe multidisciplinar e planejada para a obtenção rápida de informações sobre o meio rural" (IAPAR, 1997). A inclusão do termo participativo ao diagnóstico Rural Rápido ocorre entre o final de 1980 e início de 1990, buscando estimular os agricultores a refletirem criticamente sobre suas condições de vida.

Além do Diagnóstico Rural Rápido, outras metodologias participativas vem sendo utilizadas, como por exemplo, a pesquisa em propriedades ou experimentação em propriedades, também denominada, no Brasil, "validação tecnológica (IAPAR, 1997), classificadas conforme a modalidade de participação do agricultor no processo de pesquisa. São as seguintes as modalidades:

1. Pesquisa na Propriedade Rural (On Farm Research):

- Estudo decidido pelo pesquisador (problema, hipótese e delineamento);
- Produtor selecionado pelo pesquisador;
- Pesquisador instala, acompanha e analisa o experimento;
- Participação contratual.

2. Pesquisa em Sistemas de Produção ou Adaptativa (Farming Systems Research):

- Estudo decidido pelo pesquisador com participação do agricultor.
- Produtor selecionado pelo extensionista ou pesquisador.
- O pesquisador maneja as variáveis experimentais e o agricultor as não experimentais.
- Avaliação pelo pesquisador e agricultor.
- Participação colaborativa.

3. Pesquisa Focada no Produtor (Farmers First):

- Estudo definido em conjunto por pesquisador, extensionista e agricultores;
- Produtores selecionados pela comunidade;
- Experimento manejado e avaliado pelo agricultor e pesquisador;
- Participação colegiada.

4. Agricultores Experimentadores (Campesino a Campesino).

- Estudo definido pelos agricultores com consultoria do pesquisador e extensionista;
- Agricultor escolhido pela comunidade;
- Experimento manejado e avaliado pela comunidade de agricultores;
- Participação da comunidade com apoio do extensionista e pesquisador;
- Exige alto grau de organização das comunidades rurais.

A efetiva participação dos agricultores no processo de pesquisa, entretanto, não é objetivo fácil de ser atingido. Dessa forma, ao desenvolver pesquisas participativas com agricultores familiares o pesquisador deve levar em conta alguns pressupostos sem os quais a qualidade da participação ficará comprometida, pois não são os instrumentos, os métodos e as técnicas o foco principal da participação.

A questão central da participação é a distribuição eqüitativa do poder entre os atores sociais (Brose, 2001 citado por Gomes et al., 2001), de modo a garantir o envolvimento e auto-identificação deste público com as ações propostas pela pesquisa. Assim, a participação deve desencadear a motivação pessoal, possibilitando desenvolver comportamentos e atitudes que estimulem os indivíduos a se tornarem sujeitos e não apenas objetos da intervenções do pesquisador.

Brose, citado por Gomes et al. (2001) identifica os seguintes princípios que devem reger a participação:

1. É uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas;
2. Justifica-se por si mesma, não por seus resultados;
3. É um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder;
4. Leva à apropriação do desenvolvimento pela população;
5. É algo que se aprende fazendo e se aperfeiçoa;
6. Pode ser provocada e organizada, sem que isso signifique necessariamente manipulação;
7. É facilitada com a organização e a criação de fluxos de comunicação;
8. Devem ser respeitadas as diferenças individuais na forma de participar;
9. Pode resolver conflitos, mas também gerá-los;
10. Não se deve sacralizar a participação: não é panacéia nem indispensável em todas as ocasiões.

Por outro lado, há que se levar em conta que o conhecimento se constrói através do confronto entre dados, evidências e informações acumuladas sobre determinado assunto. No entanto, a busca pelo conhecimento não se dá fora da realidade, pelo contrário, sofre as interferências histórico-sociais de determinado tempo e espaço. Esta forma de entender a pesquisa insere-a na vida diária do pesquisador. Assim, os valores, as preferências, interesses e visão de mundo do pesquisador influenciam e norteiam seu trabalho.

Ora, se a pesquisa científica é uma atividade social e o pensamento uma construção histórico-social, convém ter claro que a relação pesquisador x pesquisado insere-se, também, na complexa rede dessas relações, ou seja, tanto pesquisador como pesquisado sofrem os determinantes de seu contexto histórico, social, cultural e econômico. A consciência deste fato tem na reflexão o ponto de partida, no sentido que lhe dá Bourdieu (1997), como alternativa para compreensão das interferências da estrutura social na qual se desenvolverá a pesquisa, utilizando o que este autor denomina de "olho"

sociológico enquanto possibilidade de atenuar os efeitos desta estrutura no trabalho de campo e nas análises a serem realizadas.

Para tal há que se buscar o diálogo como ferramenta educativa por excelência, pois que a construção da confiança e respeito é também um processo de educação coletiva. Este espaço dialógico representa, para o pesquisado, um momento de reflexão fundamental, pois permite o resgate de suas experiências acumuladas, dando-lhes um novo significado. As experiências assim resgatadas possibilitam ao sujeito construir um projeto de futuro que, de outra forma, poderia não existir.

Neste sentido é importante lembrar que nas abordagens qualitativas a postura do pesquisador é fundamental para que se estabeleça uma relação de confiança recíproca. Cabe ao pesquisador, portanto, disponibilizar sua competência técnica-científica aos agricultores, orientando-os a utilizar sua experiência na busca de soluções para os problemas que a realidade lhes coloca. Dessa forma a relação teoria e prática se efetiva na construção partilhada do conhecimento, como consequência inerente ao movimento ação x reflexão x ação.

Considerações Finais

A reflexão aqui proposta procurou salientar a importância das abordagens qualitativas nas pesquisas com agricultores familiares, considerando principalmente a complexidade destes sistemas agrários. No entanto, ressaltou-se que as diferenças entre os paradigmas quantitativo e qualitativo não excluem a possibilidade de complementaridade entre ambos, como forma de garantir maior aprofundamento nas análises a serem feitas e maior eficácia das ações a serem implementadas junto a este público.

É consenso, todavia, que a intervenção das Instituições de Pesquisa nas comunidades rurais tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades. Disso se deduz que a o resultado dessa intervenção deverá ser uma realidade qualitativamente diferenciada e melhor. Isso significa que, respeitados os condicionantes histórico-sociais, a comunidade que sofreu a intervenção da pesquisa apresentará, necessariamente, um novo estágio de desenvolvimento, em maior ou menor grau, dependendo da intensidade da intervenção e dos objetivos inicialmente traçados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, M. D.A. **Etnografia da Prática Escolar**. Campinas: Papirus, 1998.
- BOURDIEU, P. Compreender. In: BORDIEU, P.; ACCARDO, A. et al. (Eds.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Cortez, 1989.
- GOMES, M.A.O.; SOUZA, A.V.A.; CARVALHO, R.S. Diagnóstico rápido participativo (DRP) como mitigador de impactos sócio-econômicos negativo em empreendimentos agropecuários. In: BROSE, M. (Org.). **Metodologia Participativa. Uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná. **Enfoque Sistêmico em P&D. A experiência metodológica do IAPAR**. Londrina: IAPAR, 1997.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- PETERSEN, P. **Pesquisa Participativa: um conceito em evolução**. Rio de Janeiro: ASPTA, 1998.
- PORTO, V. H. da F. Sistemas Agrários: uma revisão conceitual e de métodos de identificação como estratégia para o delineamento de políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v.20, n.1, p. 97-121, jan./abril/2003.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa ação**. São Paulo: Cortez, 1992.
- VEIGA, J. E. da. Debates: Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, p. 383-404, 1996.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: **Encontro Anual da ANPOCS – GT-17**, 20. Caxambu, 1996.



**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal**

Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento

Rua 21 de Setembro, 1880 - Caixa Postal 109

CEP 79320-900 - Corumbá-MS

Fone (067)3233-2430 Fax (067) 3233-1011

<http://www.cpap.embrapa.br>

email: sac@cpap.embrapa.br

**Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento**

